



RESOLUÇÃO

Prosseguir a Luta! Repor, Defender e Conquistar Direitos!

O STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins e o STML – Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, promovem este Plenário de Dirigentes, Delegados e Activistas Sindicais, num momento de novo ciclo político para o País e de expectativa de recuperação e progressão salarial e direitos roubados ao longo dos últimos anos.

Neste momento de particular importância para os trabalhadores e activistas sindicais, não esquecemos que vivemos hoje as consequências do aprofundamento das políticas neoliberais traçadas ao longo da última década, com vista à desregulação da legislação do trabalho e da contratação coletiva na Administração Pública e no sector privado, bem como ao esvaziamento da Administração Pública, à privatização de Serviços Públicos e à destruição das Funções Sociais do Estado, com transferência para os grandes grupos económicos de recursos e dinheiros públicos, naquele que foi o maior ataque desde o 25 de Abril de 1974 aos direitos dos trabalhadores e à Constituição da República Portuguesa, que este ano comemora 40 anos.

O actual momento político que vivemos é mais propício à defesa e reposição dos direitos conquistados ao longo de anos de luta, mas também à reposição e conquista de novas e melhores condições, exigindo um esforço do movimento sindical e particularmente do STAL e do STML, dada a gravidade dos ataques que sofreram os trabalhadores da Administração Local.

Estes objectivos, não temos dúvidas em afirmar, só poderão ser alcançados com o reforço da organização, da luta dos trabalhadores e da sua estrutura sindical, para que sejam criadas as condições para uma efectiva mudança de políticas laborais e reversão do ciclo de perdas dos últimos anos.

Para este reforço da organização e da luta, hoje como sempre, a presença efectiva nos locais de trabalho é a pedra basilar do trabalho sindical, sem a qual não será possível alcançar os objectivos dos trabalhadores, quer estes tratem das reivindicações locais e específicas, quer se tratem das grandes questões nacionais que se colocam aos trabalhadores da Administração Local. Só com sindicatos fortes, representativos dos interesses e aspirações dos trabalhadores, e um sindicalismo de classe, interventivo e dinâmico, suportado por uma força verdadeiramente agregadora e

organizada em torno da defesa dos direitos colectivos, será possível corresponder aos anseios de valorização profissional e social dos trabalhadores que representam.

A luta deve e vai continuar!

Foi a luta dos trabalhadores que conseguiu impedir o objectivo do anterior Governo de aumentar o período normal de trabalho para as 40 horas e forçou o Tribunal Constitucional a proibir a intervenção do Governo nos processos de contratação colectiva na Administração Local. O objectivo final ainda não foi atingido: a revogação da malfadada lei das 40 horas e fixação a título definitivo das 35 horas como período normal de trabalho semanal.

As perdas salariais sofridas pelos trabalhadores nos últimos anos traduzem-se numa desvalorização salarial que atingiu, nalguns casos quase 30%, quer pela não actualização dos salários, quer pelo congelamento das carreiras, quer ainda pelo aumento dos descontos sociais obrigatórios, pelo corte nos salários, suplementos e valor do trabalho extraordinário, agravamento da tributação sobre os rendimentos do trabalho, pela tabela de IRS e sobretaxa, quer ainda pela taxa de inflação que inclui o aumento de todos os bens de primeira necessidade.

O ataque aos serviços públicos contra os serviços de água, saneamento e resíduos, não pode deixar de ser revertido. As últimas movimentações do Governo, adquirindo parte ou a totalidade do capital social detido pelas autarquias em empresas do grupo «Águas de Portugal», assim como as declarações do Ministro do Ambiente, que revelam conivência com o processo ilegal de venda da EGF à Mota-Engil, deixando de imediato cair com estrondo uma promessa eleitoral do Governo (a reversão da privatização no sector dos resíduos), colocam a necessidade de uma ainda maior intervenção sindical dos trabalhadores nos locais de trabalho, pela consagração do carácter municipal destes serviços, salvaguardando os postos de trabalho e a própria autonomia do Poder Local Democrático.

Estas e muitas outras razões são motivo para hoje como ontem, continuar a ser essencial a luta dos trabalhadores para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Valorizamos um conjunto de medidas já aprovadas pela maioria de deputados na Assembleia da República, nomeadamente, a reposição dos quatro feriados roubados, o aumento do salário mínimo nacional para os 530 euros (embora claramente aquém do valor que propomos e defendemos), o fim dos cortes salariais, em 2016, aos trabalhadores da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado e Local, a eliminação da sobretaxa do IRS em 2017 e a aplicação das 35 horas para todos os trabalhadores da Administração Pública e Sector Empresarial do Estado e Local. Só a luta poderá levar mais além as justas expectativas dos trabalhadores.

Os tempos que teremos pela frente serão por isso muito exigentes e continuarão a reclamar o melhor de nós em defesa dos direitos, do poder local democrático e dos serviços públicos.

O STAL e o e o STML, no âmbito das principais reivindicações para o sector definiram os eixos e propostas da acção reivindicativa pelos quais nos continuaremos a bater junto do poder político, das autarquias, dos empregadores públicos e privados, em todos os locais de trabalho, **tendo como**

objectivos a valorização e dignificação dos trabalhadores, a defesa do poder local democrático e de serviços públicos de qualidade para todos.

É neste quadro que os activistas sindicais do STAL e STML, reunidos em plenário, decidem, continuar a luta, a partir de cada local de trabalho exigindo prioritariamente e no imediato, no plano dos salários e das condições de trabalho:

- O aumento dos salários;
- O descongelamento das progressões nas carreiras;
- Valorização e recuperação das carreiras e conteúdos profissionais anteriores à entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, exigindo a revogação deste diploma;
- A reposição do pagamento do subsídio de Natal em Novembro pondo fim ao seu pagamento em duodécimos;
- A actualização do subsídio de refeição;
- A defesa da contratação colectiva no Sector Empresarial Local e Bombeiros, retirando todas as limitações em sede de Orçamento à livre contratação, nomeadamente as que limitam a negociação dos valores do subsídio de refeição.
- A redução dos descontos para a ADSE, fixando-os em 1,5% sobre o período de 12 meses, alargada a todos os trabalhadores da Administração Pública Central, Local e Regional, independentemente do tipo de vínculo;
- A identificação e regulamentação das carreiras de desgaste rápido;
- A regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco;
- A criação do suplemento de disponibilidade;
- O fim dos bloqueios à contratação de trabalhadores na Administração Pública Central, Local e Regional;
- A reposição das condições gerais para a aposentação com 36 anos de serviço, independentemente da idade;
- A revogação da “requalificação” dos trabalhadores da Administração Pública Central, Local e Regional, bem como de qualquer outro tipo de mecanismo que se destine a permitir ou facilitar o despedimento dos trabalhadores;
- A integração imediata dos trabalhadores em situação de precariedade e que desempenham funções correspondentes a necessidades permanentes, seja a que título for: Contratos a Termo, Actividades Ocupacionais, Contratos Emprego-Inserção, Estágios ou falsos Recibos Verdes;
- A aplicação imediata das 35 horas de trabalho semanal para todos;
- A revogação da Lei de Trabalho em Funções Públicas;
- A reposição dos dias de férias roubados;

- A reposição dos valores do trabalho extraordinário;
- A revogação do SIADAP e a exigência de um novo modelo de avaliação de desempenho;
- Suspensão de todos os contratos de municipalização já assinados e o fim deste processo designadamente através da revogação Decreto-Lei n.º 30/2015 e todos os diplomas relacionados com estas matérias.

Prosseguir a luta para Defender, Repor e Conquistar Direitos é um compromisso que assumimos a nível nacional para os tempos mais próximos e um desígnio que exige uma forte mobilização de todos os trabalhadores do sector nas comemorações do 25 de Abril e nas manifestações que a CGTP-IN realiza no 1.º de Maio em todo o País, por mais e melhor emprego, salários e direitos, com uma justa retribuição e valorização das profissões e das carreiras profissionais.

E decidem a realização de uma **Jornada Nacional de Luta dos Trabalhadores da Administração Local para a primeira quinzena de Maio**, em torno destas reivindicações.

O STAL e o STML, reafirmam a sua determinação na luta pela construção e concretização de políticas que respondam verdadeiramente aos problemas dos trabalhadores e das populações e por isso exorta e apela a todos os trabalhadores para que se mobilizem e lutem pela construção de uma sociedade de progresso, justiça e solidariedade, por um Portugal com futuro.

Esta resolução será entregue a todos os Grupos Parlamentares na Assembleia da República e ao Secretário de Estado das Autarquias Locais, em audiência solicitada para o efeito.

Viva o Poder Local Democrático!

Viva o STAL!

Viva o STML!

Vivam os trabalhadores!

Lisboa, 6 de Abril de 2016

O Plenário de Dirigentes, Delegados e Activistas
Sindicais do STAL e do STML